

## **POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SORRISO - MT**

## **PUBLIC POLICY SCHOOL INCLUSION IN THE MUNICIPALITY OF SORRISO - MT**

Mario Mecenas Pagani<sup>1</sup>

Caubi Dahmer da Silva<sup>2</sup>

Nicaulis Costa Conserva<sup>3</sup>

Jacir Airton Timm<sup>4</sup>

Renato Nogueira Perez Avila<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva / documental. O objetivo foi verificar como o processo de Inclusão Escolar ocorre, quantos alunos são assistidos e quais são os serviços oferecidos pelo município de Sorriso – MT. Os resultados foram obtidos a partir da análise quantitativa / descritiva. São atendidos 300 alunos no processo de inclusão em 14 escolas públicas, municipais e estaduais, todos regularmente matriculados, assim distribuídos: 247 nas escolas e os outros 53 alunos que apresentam casos mais graves são atendidos em parceria com a APAE de Sorriso. Podemos concluir que o município, através de sua política de inclusão atende maneira de satisfatória esta população. O município conta com 9 salas de recursos multifuncionais. Há um comprometimento do Poder Público em relação a capacitação e formação continuada dos professores e demais profissionais. Certamente o município está dando um grande passo contra a exclusão, estando atentas as exigências de uma sociedade que visa banir o preconceito, discriminação, barreiras sociais, culturais ou pessoais.

**Palavras-chave:** Aluno com deficiência. Inclusão. Escola Inclusiva. Política Pública.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Física (UFSC). Professor do curso de Licenciatura em Educação Física e da Pós-graduação em Educação Física Escolar (FAEMA). Professor de Educação Física do Instituto Federal de Educação (IFRO). [mecenas36@hotmail.com](mailto:mecenas36@hotmail.com)

<sup>2</sup> Licenciado em Educação Física (FACEM - MT).

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Arte pela Universidade Moderna de Lisboa (UMO) e professora de Artes do Instituto Federal Fluminense (IFF) Campos - RJ – Campus Guarus.

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física (FAEMA).

<sup>5</sup> Doutor em Ciências da Educação pela Univerdidad San Carlos PY. Professor da Faculdade INESUL – PR.

## ABSTRACT

This study is characterized as a descriptive / documentary research. The goal was to determine the School Inclusion process occurs, how many students are assisted and what are the services offered by the municipality of Sorriso - MT. The results were obtained from the quantitative / descriptive analysis. Are served 300 students in the inclusion process in 14 public schools, city and state, all enrolled, distributed as follows: 247 in schools and the other 53 students who have more severe cases are treated in partnership with APAE Sorriso. We can conclude that the municipality, through its inclusion policy meets satisfactory way to this population. The municipality has 9 multi-functional features. There is a commitment of the Government in relation to training and continuing education of teachers and other professionals. Surely the council is taking a big step against exclusion, and are given the demands of a society that seeks to banish prejudice, discrimination, social, cultural and personal barriers.

**Keywords:** Student with disabilities. Inclusion. School. Public policy.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão vem promover o bem estar e a qualidade de vida a partir das reflexões acerca das possibilidades e concepções dos seres sociais tendo em vista a disposição para novos olhares no que se refere a alunos com algum tipo de deficiência.

Ao coletar dados numéricos, é relevante considerar as diversas formas como os números são obtidos e interpretados para serem utilizados. Portanto a legitimação deles é submetida às formas com que são classificadas, tanto com base em características próprias, como em circunstâncias históricas, sociais, políticas, e culturalmente determinadas por aqueles que lhes atribuem sentido. Exemplificando é possível evidenciar que no ano de 2007, foi relevante estabelecer o número de alunos com seis anos de idade prontos para entrarem na escola no ano de 2008, pois o governo decretou que todas as crianças com essa idade deveriam iniciar sua escolaridade e que todas as escolas deveriam acolhê-las, conforme indica o Parecer CNE/CEB nº 4/2008 <sup>(1)</sup>.

Nesta perspectiva, evidencia-se a importância deste instrumento de estudo, o qual contextualizará quantitativamente a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular do município de Sorriso - MT, sendo que a proposta de Inclusão Escolar propõe que os sistemas educacionais sejam responsáveis pela criação de condições que promovam uma educação de qualidade para todos, além de fazer adequações que atendam as necessidades dos alunos com deficiência. Sasaki <sup>(2)</sup> explicita o paradigma da inclusão: “esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser

reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional”.

O objetivo deste estudo foi verificar como o processo de Inclusão Escolar ocorre, quantos alunos são assistidos e quais são os serviços oferecidos pelo município de Sorriso – MT.

Portanto, se faz necessário obter os referidos dados, buscando contribuir de forma eficaz em relação ao processo de Inclusão Escolar, pois se trata de um processo que mesmo com inúmeros desafios está se tornando inegavelmente uma feliz realidade.

## 2. HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Envolto pela atitude de segregação e segmentação das deficiências a história da educação especial no Brasil caracteriza-se assistencialista, isolando assim as pessoas com deficiências. No Brasil é marcada por um período com iniciativas oficiais, particulares e isoladas e outro período com iniciativas oficiais de âmbito nacional <sup>(3)</sup>.

No início do século XX, havia no Brasil cerca de sessenta e cinco estabelecimentos de ensino regular, sendo eles da esfera federal, estadual e particular, os quais prestavam algum tipo de atendimento especial a deficientes intelectuais entre outros <sup>(3)</sup>.

Em outro período esta educação especial surge com serviços sistematizados, em 1929, em Minas Gerais com a vinda da psicóloga e educadora Helena Antipoff, responsável pela primeira experiência educacional institucionalizada para pessoas com algum tipo de deficiência, surge a Sociedade Pestalozzi em 1932, visando assessorar as professoras e cuidar das crianças excepcionais <sup>(3)</sup>.

Já para Jannuzzi <sup>(4)</sup> a educação especial no Brasil, tendo como foco as pessoas deficientes, compreende três etapas: do século XVI (Colonização), do Século XX (Industrialização) e atualidade. Na primeira delas a educação não tinha menor importância no país, considerando que somente os filhos da nobreza tinham acesso a ela, estudando com seus preceptores em seus lares, e em seguida eram enviados a Portugal e a França para ampliarem e concluírem seus estudos. Dessa forma não se idealizava a implantação do ensino regular

bem como a educação de pessoas deficientes, considerando ainda que não era necessário para o desenvolvimento econômico, pois a indústria era fraca e a mão de obra era rudimentar. Sendo assim evidencia-se que as pessoas deficientes eram excluídas pela própria família que muitas vezes deixavam seus filhos para serem devorados por animais ou mesmo morrer de fome e sede.

Neste período são criadas as casas dos expostos em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e São Paulo (1825), e a Lei de 1828 que exige que as províncias sigam o mesmo modelo, com a finalidade de recolher os desvalidos, porém, somente após 1870 se começa a difundir a preocupação com a instrução elementar <sup>(4)</sup>.

Na segunda etapa, meados do século XX surgem experiências científicas no que se refere a pessoas com deficiência, em 1932 com a fundação da Sociedade Pestalozzi, a iniciativa privada assume um importante papel na área da educação especial, em 1954 surge ainda o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e aumenta o número de escolas especiais <sup>(4)</sup>.

É importante citar ainda que no período pós-guerra, houve a preocupação com as pessoas lesionadas, surgindo clínicas, serviços de reabilitação e ainda trabalhos psicopedagógicos com olhares para educação. Contudo a educação especial entrou significativamente nas políticas educacionais brasileiras no início da década de 1960 <sup>(4)</sup>.

A terceira etapa tem início por volta de 1970, onde surgiu a tendência da individualização, respeitando assim as características de cada aluno no processo de ensino-aprendizagem, fundamentando assim a educação especial. Para Aranha <sup>(5)</sup> “o problema do sistema e do isolamento dos deficientes tornou-se tão grave que se passou a ver essas pessoas de uma forma diferente. Assim, a ideologia da normatização foi um dos produtos desse momento histórico, que objetiva a necessidade de inserir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e padrões o mais próximo possível aos da vida cotidiana dos demais”.

A inclusão vem sendo repensada nos últimos anos, buscando um olhar igualitário, no que se refere à alunos com deficiência e alunos ditos normais. Porém esta busca não visa unicamente assegurar os mesmos direitos, mas sim que os mesmos sejam considerados seres humanos na plenitude de sua essência.

### 3. DESAFIO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Inúmeros questionamentos precisam ser respondidos para que seja possível traçar procedimentos adequados ao processo de Inclusão Escolar, considerando a especificidade do tema. Faz-se necessário entender como está acontecendo e qual a melhor forma para que possamos contribuir para sua efetivação.

Quando mencionado a palavra inclusão, nos remete diretamente a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, possibilitando assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós, pois somos milhões de pessoas diferentes entre si, na cor da pele, nos tipos de cabelos, no formato dos olhos, da boca e do nariz. Diferentes quanto à cultura, religião, profissão, classe social e as ideologias. Somos gaúchos, paranaenses, maranhenses, judeus, africanos, portugueses, espanhóis, japoneses, índios, negros, brancos ou mulatos... Essa diversidade frequentemente provoca discriminação daqueles que não seguem o padrão ideologicamente dominante, sendo considerados inferiores. É importante considerar a diversidade cultural, étnica, econômica e social <sup>(6)</sup>.

No âmbito educacional é possível compreender a escola como um reflexo da sociedade e vice-versa, percebemos então que se uma está se modificando, automaticamente a outra corresponde. Entendemos que as mudanças ocorridas constantemente são de suma importância para atender alunos com algum tipo de deficiência e proporcionar aos mesmos uma educação de qualidade, refletida a viabilização do respeito às suas individualidades e necessidades, formando um ser que pensa e age.

Baseado no princípio de igualdade perante a lei, a política educacional vem se modificando, tendo como um de seus princípios a democracia social, ou seja, a igualdade de oportunidades. Contudo sua efetivação requer considerações de situações específicas, como é o caso de alunos com deficiência, nesse panorama as leis foram se organizando a partir das demandas que foram surgindo, favorecendo a modificação para a prática inclusiva mais eficiente. De acordo com documentos legais e normativos oficiais da Legislação Brasileira <sup>(1, 7)</sup> “Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 – dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa deficiente; Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – institui a Política para integração da pessoa deficiente; Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – aprova o Plano Nacional de Educação; Resolução CNE n. 02, de 11 de setembro de 2001 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica” <sup>(1,7)</sup>.

No decorrer desse processo evolutivo, evidencia-se que as diretrizes estabelecem que a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência devem ser realizadas pelas escolas, assessorado tecnicamente, mediante sua avaliação no processo de ensino aprendizagem, que as metas estabelecidas pela educação especial recaem em “elaborar padrões mínimos nacionais de infraestrutura, incluindo adaptações dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com deficiência” <sup>(7)</sup>. A garantia legal a este alunado não se refere somente as vagas no ensino regular, mas sim a sua permanência com qualidade, sugerindo que as escolas especiais prestem apoio a este processo inclusivo.

Outro ponto relevante encontra-se na determinação de que as escolas comuns garantam professores comuns capacitados e professores especialistas na área de educação especial, flexibilizações curriculares, serviços de apoio especializado realizado nas classes comuns mediante: colaboração de professor especializado em educação especial, atuação de intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis e atuação de outros apoios necessários à aprendizagem, locomoção e comunicação, classes especiais em casos extraordinários, porém de caráter transitório, bem como, condições para elaboração teórica da educação inclusiva.

Poderíamos dizer em relação às políticas educacionais brasileira, que sempre se apresentou de forma democrática, porém, sugeriam currículos fechados que não permitiam adequações. Nos últimos anos houve um grande salto quanto a esse paradigma, com a fundamentação da Lei n. 9.394/96 e na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com destaque à flexibilidade e adequação curricular, tornando assim a escola mais compatível com a necessidade e a realidade de seus alunos. Isso fica evidente no que tange as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: “Art.8 - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns – III Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumentados conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola respeitado a frequência obrigatória <sup>(1)</sup>”.

Faz-se necessário ressaltar ainda que a busca pelo conhecimento e a formação continuada são de suma importância, formando desta maneira um professor mais crítico e capacitado a posicionar-se perante as mudanças da atualidade. Conhecer a legislação dará mais confiança e capacidade de ação ao professor, esclarecendo as interfaces que permeiam as ideias inclusivas <sup>(6)</sup>.

São inúmeros os desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos. Talvez o maior desses desafios, seja não permitir que esse direito seja simplesmente a obrigatoriedade de matricular e manter alunos com deficiência em classes comuns, mas sim de realmente oferecer uma proposta de inclusão que permita a integração deste alunado no âmbito escolar e também social.

#### **4. AÇÕES GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO DE SORRISO - MT**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) <sup>(8)</sup> tem por objetivo promover o desenvolvimento de Educação Inclusiva na rede municipal de Sorriso - MT, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a acessibilidade nas escolas regulares, respeitando suas necessidades específicas, oportunizando uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem de todos os alunos.

Seguindo esta linha de pensamento, o município de Sorriso – MT traz avanços em suas ações em relação ao processo de Inclusão Escolar, tais como: a formação continuada de professores, trabalhando com grupos de estudos (GE) em calendário preestabelecido pela SMEC e pela própria escola, a capacitação e aperfeiçoamento de intérpretes, ofertando-lhes um trabalho dirigido, através de cursos básicos e avançado, com acompanhamento da instrutora reconhecida pelo MEC e avaliações trimestrais para análise de desempenho, no aperfeiçoamento de estagiários, há um projeto desenvolvido aos sábados para que os alunos não sejam prejudicados, o mesmo consiste em estudos variados sobre ética, postura profissional e estudos de casos <sup>(8)</sup>.

A equipe de coordenação de Educação Especial faz acompanhamento nas escolas; quanto à escola acessível, a SMEC está acompanhando as escolas da rede através do MEC/SEESP, como determina as notas técnicas estabelecidas pela esfera federal em todos os procedimentos necessários para aquisição de salas de recursos multifuncionais e tecnologia assistiva <sup>(8)</sup>.

Com a parceria de órgãos responsáveis e o Poder Público, a SMEC têm adquirido materiais, equipamentos e realizado adequações necessárias, com acompanhamentos de especialistas da área. Foram instituídas nove salas de recursos multifuncionais, atendimento educacional especializado (AEE), na rede municipal que atende em contra turno os alunos da

educação inclusiva com o trabalho individualizado, respeitando assim, cada especificidade do aluno com o Plano Educacional Individual (PEI) e dando suporte para os professores do ensino regular. A educação especial dispõe do trabalho de uma psicóloga, que realiza avaliações nos alunos frequentadores das salas de recursos multifuncionais. Essas avaliações permitem a abertura de hipóteses diagnósticas das dificuldades encontradas nos alunos, e a partir disso, orientações de condutas aos pais e professores dos mesmos.

São realizadas reuniões com pais, cujos filhos apresentam dificuldades relacionadas a eventos traumáticos, superdotação, regras e limites, há necessidades de avaliação médica para melhor estimulação e se indicado, intervenção medicamentosa. São feitas visitas nas casas de alunos inclusos, juntamente com educadora social quando existe suspeita de negligência familiar e a ausência do aluno no atendimento a sala multifuncional ou demais atendimento. A SMEC garante também, transporte escolar diferenciado (adaptado) aos alunos do processo de inclusão <sup>(8)</sup>.

Outro ponto importante na atuação da SMEC evidencia-se pela abrangência de seu atendimento no que se refere ao processo de Inclusão Escolar, pois o município de Sorriso - MT não somente participa do Programa Federal de Educação Inclusiva Direito à Diversidade, como também é Município-Polo, atendendo no total vinte e três municípios, sendo realizado anualmente um Seminário de Educação Inclusiva com diversidade temática trazendo especialistas de outros Municípios e Estados para atualização e capacitação dos multiplicadores, ofertando transporte, hospedagem e alimentação aos mesmos. O Polo de Sorriso atende no Mato Grosso os municípios de Canabrava do Norte, Canarana, Claudia, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Juára, Lucas do Rio Verde, Nova Maringá, Nova Santa Helena, Nova Uiratã, Novo Horizonte do Norte, Paranatinga, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Carmem, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, Serra Nova Dourada, Sinop, Tabaporã, Tapurah, União do Sul e município de Vera.

#### 4.1 DO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O município de Sorriso <sup>(8)</sup> atende dezenove Escolas e dez Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS), os quais apresentam diversos alunos com algum tipo de deficiência, porém, em muitos casos a necessidade educativa especial é identificada somente no momento que o aluno entra na escola, o aluno sente a barreira e a escola passa juntamente com o município a eliminar a barreira existente, principio básico da política inclusiva,

adequar a escola à realidade do aluno, neste sentido apresenta constante organização, adequação, formação e construção de espaços inclusivos.

O município apresenta hoje cerca de trezentos alunos com deficiência em diferentes áreas: físico-motora, intelectual, visual, auditiva entre outros. Há ainda alunos que não apresentam deficiência específica, mas são prioridade na política inclusiva <sup>(8)</sup>.

É visível que em algumas escolas a estrutura física ainda não está totalmente adequada conforme a exigência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) seja para atendimento dos alunos com deficiência física (DF) e ou visuais (DV), no entanto há adequações que priorizam as necessidades específicas do aluno com deficiência. Em relação às adequações curriculares o município vem desenvolvendo cursos de formação continuada desde 2004 aos educadores numa perspectiva inclusiva, como também, formação de especialista nas áreas específicas para atendimento aos: deficientes visuais, auditivos, intelectuais e físicos, entre outras áreas. É ciente que o educador apresenta dificuldades na organização de estratégias que atendam a diversidade em sala de aula e na criação de adequações, portanto, é visível a necessidade de formação continuada, sendo ponto de maior ênfase no Plano de Ações e Articulações (PAR), desse modo está sendo desenvolvido apoio itinerante nas escolas, por parte da SMEC, Departamento da Educação Especial e pela equipe do AEE <sup>(8)</sup>.

O município oferece cursos de libras, cursos de capacitação ao atendimento ao cego, no apoio ao suporte à aprendizagem do surdo, tendo um cronograma de formação continuada no município e com apoio do MEC/SEESP, CAPS/Cuiabá, entre outras parcerias.

A SMEC <sup>(8)</sup> objetiva em suas visitas às instituições realizar observações, orientações e identificar as adequações necessárias, analisando ainda o Projeto Político Pedagógico (PPP) para que contemple os fundamentos da política inclusiva, a diversidade humana como forma de desenvolvimento e aprendizagem, o respeito das necessidades específicas de cada aluno, contudo, a organização do atendimento específico, detectado por estudos de casos e registros escritos do professor, da coordenação, dos especialistas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e redes de apoio.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Esta pesquisa é de caráter descritivo/documental, direta, de campo. Segundo Andrade <sup>(9)</sup> na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e

interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”... Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. Boaventura <sup>(10)</sup> considera que “as pesquisas descritivas identificam as características de determinada população ou fenômeno”. Contudo se trata de observar, analisar e correlacionar dados e descrever características e propriedades.

Gil <sup>(11)</sup> “a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa, porém, existem também aqueles que já foram (tabulados), mas podem receber outras interpretações, como relatórios, tabelas, etc.”

As informações foram coletadas através da leitura dos relatórios, publicações, página eletrônica e demais documentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Sorriso – MT <sup>(8)</sup>.

Os dados foram tabulados e analisados quantitativamente e apresentados de maneira descritiva, objetivando a melhor visualização e interpretação dos resultados.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

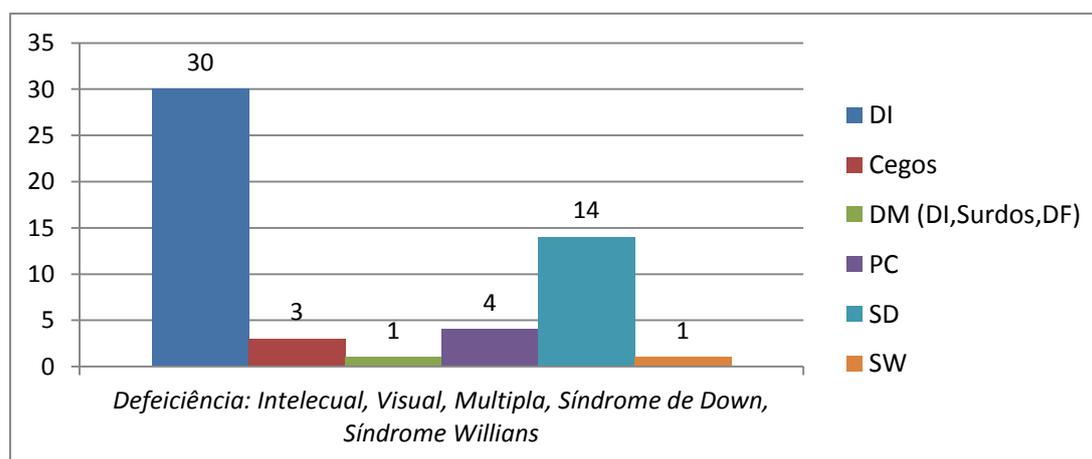
Foram obtidos neste instrumento de estudo dados quantitativos referentes ao processo de Inclusão Escolar no município de Sorriso MT, registrando o número de 300 (trezentos) alunos com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, inclusos na rede regular de ensino. Observou-se que do total do alunado, 53 (cinquenta e três) alunos fazem parte do processo de Inclusão Escolar por meio da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE).

**Gráfico 1:** Alunos Inclusos por meio da APAE Sorriso - MT



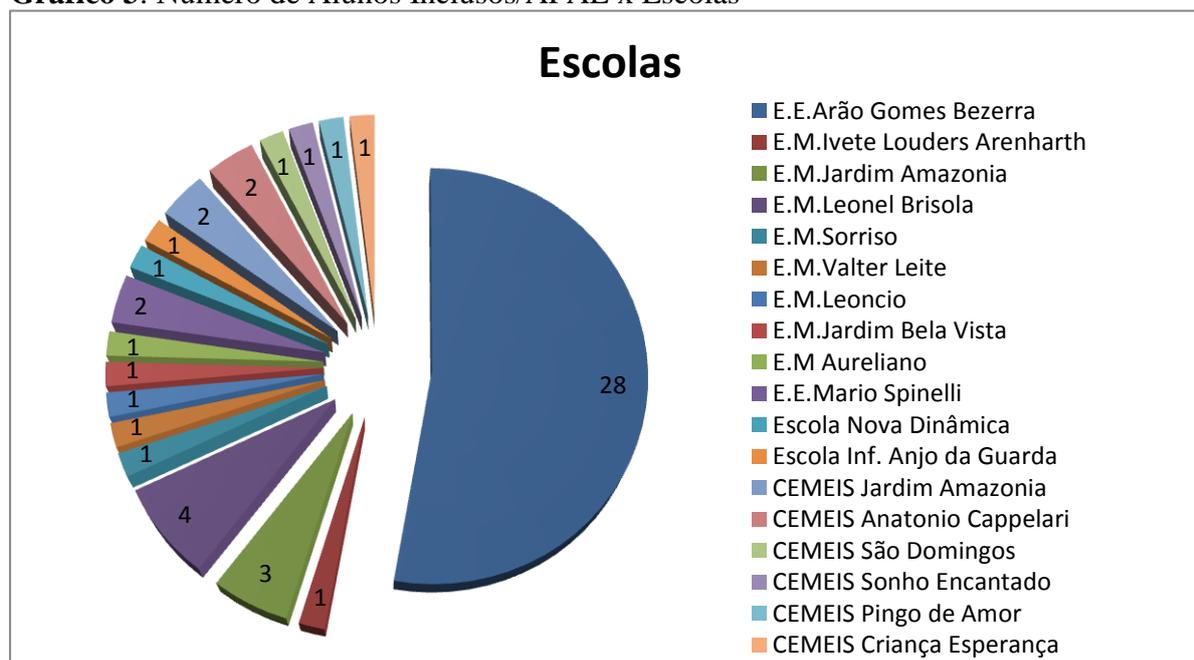
Os 53 alunos inclusos na rede regular de ensino por meio da APAE, por serem os casos mais específicos e complexos do processo de Inclusão Escolar, foram inclusos no ensino regular até o segundo semestre do ano de 2012 os seguintes casos:

**Gráfico 2:** Tipos de Deficiências Detectadas



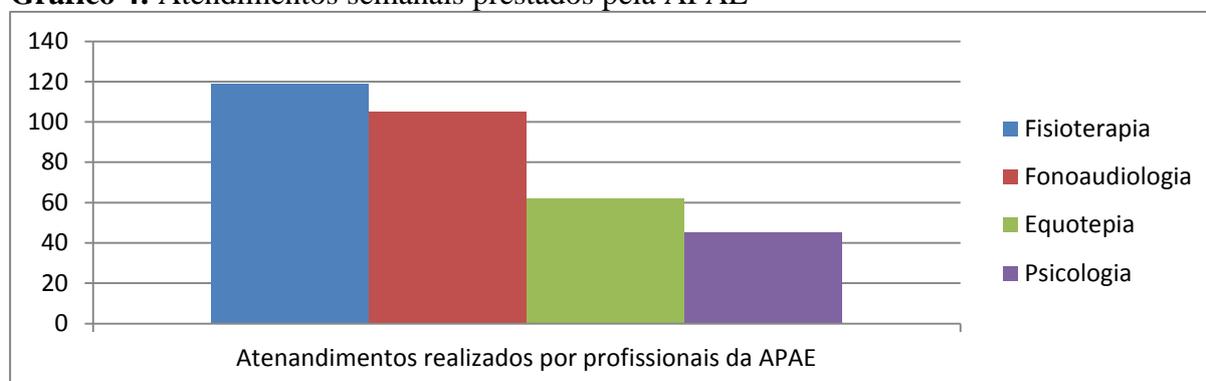
Observou-se ainda que estes alunos foram inclusos em diferentes escolas da rede pública de ensino municipal e estadual, em números diferenciados, seguindo o princípio de melhor adequação para cada caso, bem como, a acessibilidade e proximidade da escola em relação a residência do aluno com deficiência, além da faixa etária em relação a classe que o mesmo será incluso.

**Gráfico 3:** Número de Alunos Inclusos/APAE x Escolas



Mesmo após efetivar a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, a APAE oferece atendimentos semanais de caráter assistencialista como observamos no gráfico 4:

**Gráfico 4:** Atendimentos semanais prestados pela APAE



Com a obtenção dos referidos dados sobre a Inclusão Escolar no município de Sorriso – MT observou-se um número relevante ao que se refere a alunos com deficiência atualmente matriculados na rede regular de ensino. A marca chega a 300 (trezentos) alunos com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Este alunado, conta com atendimentos especializados oferecidos pela SMEC em parceria com a área da Saúde do município, e ainda com a equipe multiprofissional da APAE de Sorriso - MT, que presta semanalmente 119 atendimentos de fisioterapia, 105 atendimentos de fonoaudiologia, 62 atendimentos de equoterapia e 45 atendimentos psicológicos, atendendo os alunos da Escola Especial Sorriso Esperança do Amanhã, bem como os alunos inclusos na rede regular de ensino <sup>(8)</sup>.

Os alunos do processo de inclusão, contam também com 09 salas de recursos multifuncionais, correspondendo a 48% do total de 19 escolas municipais.

Em relação às escolas, observou-se que a maior concentração de alunos com deficiência se dá na Escola Estadual Arão Gomes Bezerra. Isso se evidencia em virtude do atendimento prestado pelo município ter uma parceria com a Escola Estadual, além de especialistas e equipe assistencialista da área da Saúde do município, disponibiliza e se responsabiliza ainda pelo transporte escolar <sup>(8)</sup>. Contudo o principal fator de inclusão na Escola Estadual Arão Gomes Bezerra se dá em razão do Ensino de Jovens e Adultos oferecido pela rede estadual de ensino (CEJA), considerando assim a melhor opção para o processo inclusivo, salvo a idade média dos alunos com deficiência não serem compatíveis com as séries iniciais, o que causaria desconforto aos mesmos se inseridos na rede municipal, indo a desencontro do que norteia o processo de Inclusão Escolar.

Quanto aos profissionais envolvidos na Inclusão Escolar, caracterizou-se uma feliz realidade, pois foi possível constatar que mesmo com os desafios existentes na área da educação especial, há comprometimento do Poder Público em relação à capacitação e formação continuada dos professores e demais profissionais que integram este quadro. Em virtude desse trabalho, Sorriso se tornou Polo Regional do Programa Federal de Educação Inclusiva Direito à Diversidade, abrangendo 23 municípios <sup>(8)</sup>.

Destaca-se ainda a equipe multiprofissional da APAE que além de contar com profissionais capacitados, demonstram total comprometimento para que o processo de Inclusão Escolar seja bem sucedido e verdadeiramente satisfatório para a família, escola especial, escola comum, e principalmente para o próprio aluno.

Tais fatos contribuem para a efetivação dos propósitos da Inclusão Escolar, evidentemente que ainda há muito a ser feito, porém, se voltarmos os olhares somente para as dificuldades o processo se tornará ainda mais difícil e ao invés de contribuirmos, estaremos andando na contramão de um processo histórico, que mesmo lentamente vem alcançando inúmeras conquistas.

## 7. CONCLUSÃO

Analisando o processo de Inclusão Escolar no município de Sorriso MT, bem como à situação existente em nosso país, é possível constatar que nas últimas décadas houve grande e inegável esforço político e social no sentido de incluir em várias leis o direito à igualdade educacional, atendendo o Aluno Deficiente na rede regular de ensino.

Com o respaldo legal, observa-se que o sistema educacional promove adequações para oferecer serviço educacional com qualidade aos alunos com deficiência, tanto na escola especial, quanto no ensino regular da rede pública. Ao inserir este alunado na escola regular exigem-se das instituições novos procedimentos de ensino e posicionamentos baseados em concepções e práticas pedagógicas atualizadas e eficazes, mudanças e adequações curriculares, além da formação continuada dos professores <sup>(12)</sup>.

Os alunos contam também com 09 salas de recursos multifuncionais, correspondendo a 48% do total de 19 escolas municipais.

Poder Público em relação à capacitação e formação continuada dos professores e demais profissionais que integram este quadro. Em virtude desse trabalho, Sorriso se tornou

Polo Regional do Programa Federal de Educação Inclusiva Direito à Diversidade, abrangendo 23 municípios.

Pode-se falar em Inclusão Escolar de alunos com deficiência no ensino regular, à medida que esses segmentos continuem se mobilizando para tentar minimizar as dificuldades do tema em estudo. Certamente estamos dando um grande passo contra a exclusão, estando atentos às exigências de uma sociedade que visa banir o preconceito, discriminação, barreiras sociais, culturais ou pessoais.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília: Seesp, 2010.
2. Daolio J. A representação do trabalho do professor de educação física na escola. São Paulo, 2002.
3. Mazzota MJS. Educação especial no Brasil. História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
4. Jannuzzi GM. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção Educação Contemporânea).
5. Aranha MSF. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia. Ribeirão Preto, v.3, n.2, p.63, 2005.
6. Minetto MF. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: Ibpx, 2011.
7. Brasil Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/Seesp, 2010.
8. Sorriso Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Dados de Educação Inclusiva no município de Sorriso – MT. Sorriso: SMEC, 2012.
9. Andrade MM. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
10. BOAVENTURA, EM. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007, 160 p.
11. GIL, AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
12. O'Regen, F. Sobrevivendo e vencendo com necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artemed, 2007.